ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

1.1 O Município de Coromandel/MG realiza continuamente o tratamento de dados pessoais no exercício de suas competências administrativas e na prestação dos serviços públicos, envolvendo informações de cidadãos, servidores, fornecedores, usuários de políticas públicas e demais titulares de dados. Essa realidade demanda a adoção de medidas organizacionais, técnicas e administrativas voltadas à governança, privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD.

1.2 A presente necessidade decorre da importância de estruturar e organizar, no âmbito da Administração Municipal, os processos relacionados à privacidade e à proteção de dados pessoais, de forma a possibilitar maior controle, acompanhamento e rastreabilidade das atividades de tratamento realizadas pelos diferentes setores municipais. A ausência de instrumentos adequados de gestão pode dificultar a identificação dos tratamentos existentes, a avaliação de riscos, o atendimento aos direitos dos titulares e a comprovação das medidas de conformidade adotadas pelo Município.

1.3 A demanda compreende a necessidade de inventariar e mapear os tratamentos de dados pessoais realizados pela Administração, elaborar e manter atualizado o Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, identificar riscos relacionados à segurança da informação e à proteção de dados, bem como estruturar medidas, políticas, procedimentos e instrumentos de governança voltados à conformidade com a LGPD.

1.4 Também se verifica a necessidade de utilização de solução informatizada que permita organizar, registrar, acompanhar e monitorar as ações relacionadas à privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação. A ferramenta deverá auxiliar a Administração no controle das informações, na manutenção de evidências, no acompanhamento das medidas de conformidade e na gestão dos riscos identificados.

1.5 Além da ferramenta tecnológica, a Administração necessita de serviços técnicos especializados para orientar e apoiar a implantação de programa de conformidade à LGPD, incluindo o levantamento dos tratamentos de dados, a avaliação de riscos, a elaboração e revisão de políticas e procedimentos internos, bem como a estruturação de medidas voltadas à melhoria da governança da privacidade e da segurança da informação.

1.6 Dessa forma, a contratação pretendida busca proporcionar ao Município mecanismos adequados para organizar, acompanhar e monitorar as atividades relacionadas à privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação, permitindo maior controle sobre os tratamentos realizados, gestão dos riscos identificados, acompanhamento das medidas de conformidade e manutenção das respectivas evidências.

1.7 A demanda mostra-se necessária para fortalecer a governança administrativa, reduzir riscos de tratamento inadequado de dados pessoais, aprimorar a segurança das informações institucionais e conferir maior segurança técnica e administrativa às ações municipais relacionadas à LGPD, sem prejuízo da análise posterior, em sede de Estudo Técnico Preliminar, quanto à solução mais adequada, viável e vantajosa para atendimento da necessidade pública identificada.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL - PCA

2.1 A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Município de Coromandel/MG, registrada sob o nº DFD-PC-001-00781-2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Para atendimento da necessidade administrativa relacionada à implementação e gestão de privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação no âmbito do Município de Coromandel/MG, a contratação deverá contemplar apenas os itens abaixo especificados:

Item	Código	Descrição	Unidade
01	260797	Solução informatizada de privacidade, gestão de riscos e segurança da informação.	Licença de uso mensal
02	260798	Inventário e mapeamento de dados — ROTDP; gestão de riscos de segurança da informação; implantação de Programa de Conformidade à LGPD; elaboração e revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados.	1.389 Servidores

3.2

3.3 Para fins de dimensionamento do Item 260798, foi considerado o quantitativo de 1389 (mil trezentos e oitenta e nove) servidores, correspondente ao número de servidores integrantes do quadro de pessoal do Município. O quantitativo foi adotado como parâmetro para definição da extensão dos serviços de Inventário e Mapeamento de Dados (ROTDP), Gestão de Riscos de Segurança da Informação, Implantação do Programa de Conformidade à LGPD e elaboração e revisão de políticas, medidas e ferramentas de Privacidade e Proteção de Dados, considerando a necessidade de que as atividades previstas alcançassem a estrutura de pessoal do Município. Dessa forma, o quantitativo estimado mostra-se compatível com a dimensão da Administração Municipal e adequado ao planejamento da contratação, considerando a unidade de medida estabelecida para o Item 02, qual seja, servidor.

3.4 Os serviços deverão ser prestados por empresa especializada, com capacidade técnica compatível com o objeto, abrangendo a disponibilização de solução

informatizada voltada à gestão de privacidade, riscos e segurança da informação, bem como a execução de serviços especializados relacionados ao inventário e mapeamento de dados pessoais, ao Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, à gestão de riscos, à implantação de programa de conformidade à LGPD e à elaboração e revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados.

3.5 Para fins de qualificação técnica, a empresa a ser contratada deverá comprovar aptidão para execução dos serviços, por meio de atestado de capacidade técnica ou documento equivalente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre experiência compatível com o objeto, especialmente em atividades relacionadas à implementação, gestão e governança de dados para conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, segurança da informação e soluções informatizadas de privacidade, gestão de riscos e proteção de dados pessoais.

3.6 A contratada deverá apresentar documentação que comprove a regularidade, disponibilidade ou legitimidade de uso da solução informatizada a ser disponibilizada, quando aplicável, inclusive declaração, certidão ou documento equivalente relacionado à exclusividade, titularidade, representação ou autorização de uso do software.

3.7 A equipe técnica indicada para a execução dos serviços deverá possuir profissionais com formação, experiência ou certificações compatíveis com as áreas de tecnologia da informação, segurança da informação, privacidade, proteção de dados pessoais e área jurídica, conforme a natureza dos serviços a serem executados.

3.8 A solução e os serviços deverão permitir a organização, registro, acompanhamento e monitoramento das ações de conformidade com a LGPD, incluindo, no mínimo, o apoio ao inventário e mapeamento de dados pessoais, a gestão de riscos, a manutenção de evidências, a elaboração ou revisão de políticas e medidas de

privacidade e proteção de dados, bem como o acompanhamento das ações implementadas pela Administração Municipal.

3.9 Os serviços deverão ser executados de forma integrada, observando a realidade administrativa do Município, a necessidade de apoio técnico aos setores envolvidos e a proteção das informações tratadas, com observância dos princípios da segurança da informação, da confidencialidade, da integridade e da disponibilidade dos dados.

3.10 O objeto contratual não poderá ser subcontratado, salvo se houver autorização expressa da Administração e previsão no instrumento convocatório ou contratual, devidamente justificada.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

4.1 A estimativa das quantidades foi definida com base na necessidade administrativa identificada pelo Município de Coromandel/MG para estruturação, implementação e acompanhamento das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD.

4.2 Para a solução informatizada de privacidade, gestão de riscos e segurança da informação, estimou-se a contratação pelo período de **12 meses**, considerando a necessidade de utilização contínua da ferramenta durante a vigência contratual, de modo a permitir o registro, acompanhamento, monitoramento e gestão das ações relacionadas à conformidade com a LGPD.

I.

4.3 Para os serviços especializados de inventário e mapeamento de dados, elaboração ou atualização do Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, gestão de riscos de segurança da informação, implantação do Programa de Conformidade à LGPD e elaboração/revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados, estimou-se o quantitativo de **1.389 unidades**,

conforme levantamento da necessidade municipal e abrangência prevista para atendimento da Administração.

4.4 Planilha — Estimativa de Quantidades e Valores

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade
01	160797	Solução informatizada de Privacidade, Gestão de Riscos e Segurança da Informação.	SV	12
03	260798	Inventário e mapeamento de dados — ROTDP, gestão de riscos de segurança da informação, implantação de Programa de Conformidade à LGPD e elaboração/revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados.	UN	1.389

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Considerando a necessidade administrativa identificada pelo Município, foram analisadas as alternativas disponíveis para o atendimento da demanda, levando-se em consideração não apenas a possibilidade de obtenção dos serviços pretendidos, mas também a capacidade de cada solução em atender, de maneira integral, contínua, estruturada e eficiente, às necessidades relacionadas à privacidade, à proteção de dados pessoais, à gestão de riscos e à segurança da informação.

5.2 Nesse contexto, foram consideradas, para fins de análise, as seguintes alternativas: (i) desenvolvimento ou disponibilização de solução própria, mediante estruturação de equipe, metodologia e recursos tecnológicos pelo Município; (ii) realização de procedimento de contratação próprio para seleção de empresa especializada e aquisição ou disponibilização de solução informatizada; e (iii) adesão à Ata de Registro de Preços nº 016/2025, decorrente do Processo Administrativo nº 077/2025, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP.

A análise das alternativas teve como objetivo identificar a solução que apresentasse maior aderência à necessidade administrativa, considerando aspectos técnicos,

operacionais, de eficiência, integração, continuidade e capacidade de atendimento, bem como a racionalização dos recursos empregados pela Administração Pública.

5.3 Da estruturação de solução própria

A primeira alternativa consiste na estruturação de solução própria pelo Município, mediante organização de recursos humanos, definição de metodologia, desenvolvimento ou aquisição de ferramentas tecnológicas e estruturação interna dos procedimentos necessários à implementação e gestão das ações de privacidade, proteção de dados e segurança da informação.

Embora seja possível ao Município estruturar internamente parte das atividades relacionadas à governança de dados e à conformidade com a LGPD, essa alternativa não se mostra a mais adequada para atender integralmente à necessidade identificada.

Isso porque a adequação à Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD não se limita à elaboração de documentos ou à designação de responsável pela matéria, envolvendo um conjunto de atividades técnicas, operacionais e gerenciais que exigem conhecimento especializado e multidisciplinar, metodologia própria e instrumentos adequados para sua execução, acompanhamento e atualização.

Além disso, o Município deverá manter estrutura interna de governança e proceder à designação de Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, nos termos da legislação aplicável. A atuação do Encarregado, entretanto, possui natureza e atribuições próprias e não se confunde com a execução dos serviços técnicos especializados necessários à implementação e ao gerenciamento do Programa de Conformidade à LGPD.

Nesse sentido, a designação do Encarregado não substitui a necessidade de realização de atividades como inventário e mapeamento dos tratamentos de dados pessoais, identificação e avaliação de riscos, elaboração e revisão de políticas e procedimentos, implementação de medidas de conformidade, acompanhamento de planos de ação e

utilização de ferramentas destinadas à organização e ao monitoramento das informações.

A estruturação integral de solução própria exigiria, portanto, a mobilização e manutenção de recursos humanos e tecnológicos, o desenvolvimento de metodologia específica, a aquisição ou desenvolvimento de ferramenta adequada e a manutenção permanente dessa estrutura, inclusive diante da necessidade de atualização contínua decorrente de alterações legislativas, regulatórias, tecnológicas e dos próprios processos administrativos municipais.

Dessa forma, embora a atuação interna do Município seja necessária para a governança e acompanhamento das ações de proteção de dados, a estruturação de uma solução própria não se apresenta, isoladamente, como a alternativa mais eficiente para suprir a totalidade da demanda identificada.

5.4 Da realização de procedimento de contratação próprio

A segunda alternativa consiste na realização de procedimento de contratação próprio pelo Município, destinado à seleção de empresa especializada para prestação dos serviços técnicos e disponibilização da solução informatizada necessária.

Trata-se de alternativa juridicamente possível e, em princípio, capaz de atender à necessidade administrativa identificada. Contudo, sua adoção implicaria a realização de todas as etapas necessárias à estruturação e condução de novo procedimento de contratação, incluindo definição detalhada do objeto, elaboração dos documentos técnicos, pesquisa e análise de mercado, estabelecimento dos critérios de contratação, processamento do procedimento, seleção do fornecedor, formalização contratual e posterior implantação da solução.

Além dos procedimentos administrativos envolvidos, seria necessário assegurar que a solução a ser contratada apresentasse, simultaneamente, capacidade técnica para execução das atividades especializadas e recursos tecnológicos compatíveis com as

necessidades do Município, especialmente considerando a natureza multidisciplinar do objeto.

Nesse cenário, a realização de procedimento próprio apresenta-se como alternativa possível, porém deve ser confrontada com a existência de solução já estruturada e disponível por meio de Ata de Registro de Preços, especialmente quando esta contempla objeto compatível com a necessidade identificada.

A utilização de solução já estruturada permite à Administração aproveitar uma contratação anteriormente processada, sem necessidade de reproduzir integralmente as etapas de estruturação de objeto de natureza equivalente, desde que atendidos os requisitos legais para a adesão e demonstrada a vantajosidade da medida.

Assim, embora a contratação própria não seja inadequada em si mesma, a análise realizada não identificou elemento técnico ou operacional que justificasse a preferência por um novo procedimento em detrimento da utilização de solução já estruturada e compatível com a demanda municipal.

5.5 Da adesão à Ata de Registro de Preços nº 016/2025 – CISALP

A terceira alternativa analisada consiste na utilização da Ata de Registro de Preços nº 016/2025, decorrente do Processo Administrativo nº 077/2025, gerenciada pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Paranaíba – CISALP, cuja existência e disponibilidade foram apresentadas ao Município no âmbito das tratativas realizadas pelo Consórcio.

A análise do objeto registrado demonstrou significativa aderência às necessidades identificadas pelo Município, uma vez que a Ata contempla conjuntamente os dois componentes necessários ao atendimento da demanda: a solução informatizada de Privacidade, Gestão de Riscos e Segurança da Informação (Item 01) e os serviços especializados de Inventário e Mapeamento de Dados (ROTDP), Gestão de Riscos de Segurança da Informação, Implantação de Programa de Conformidade à LGPD e

elaboração e revisão de políticas, medidas e ferramentas de Privacidade e Proteção de Dados (Item 03).

A aderência entre a necessidade identificada e o objeto registrado constitui elemento relevante para a escolha da solução, uma vez que não se trata da utilização de ferramenta ou contratação de serviço isolado, mas de solução estruturada para atender às diferentes dimensões envolvidas no processo de adequação à legislação de proteção de dados.

Sob o aspecto técnico, destaca-se a complementaridade existente entre os dois itens. Os serviços especializados são necessários para a realização das atividades de levantamento, inventário, mapeamento, análise e gestão de riscos e estruturação das medidas de conformidade. A solução informatizada, por sua vez, proporciona ambiente adequado para organização, registro, acompanhamento e monitoramento das informações e das ações decorrentes dessas atividades.

Essa integração permite maior uniformidade metodológica e facilita o acompanhamento da evolução do processo de adequação, reduzindo a fragmentação das informações e favorecendo a rastreabilidade das medidas adotadas.

A contratação conjunta também apresenta vantagem operacional, na medida em que evita a necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores para atividades diretamente relacionadas, reduzindo potenciais riscos de incompatibilidade de metodologias, sistemas, fluxos de trabalho e responsabilidades.

Outro aspecto relevante consiste na possibilidade de estruturação de um processo de conformidade que não se restrinja à adoção de medidas pontuais, mas permita seu acompanhamento de maneira contínua. A proteção de dados pessoais e a segurança da informação constituem atividades permanentes, sujeitas à alteração dos processos administrativos, dos sistemas utilizados, dos riscos identificados e do próprio cenário tecnológico, razão pela qual a existência de mecanismos de acompanhamento e gestão se mostra essencial.

5.6 Da análise comparativa e da vantajosidade da solução

A análise das alternativas demonstra que a estruturação de solução própria demandaria a constituição e manutenção de recursos técnicos, metodológicos e tecnológicos específicos, não proporcionando, isoladamente, a mesma capacidade de atendimento integrado identificada na solução analisada.

Por sua vez, a realização de procedimento próprio, embora juridicamente possível, implicaria a necessidade de estruturar nova contratação para obtenção de solução de natureza equivalente, com a repetição das etapas administrativas necessárias à seleção e contratação de fornecedor, sem que tenha sido identificada, no levantamento realizado, vantagem técnica que justificasse a adoção dessa alternativa em detrimento da solução já estruturada e compatível encontrada.

A solução constante da Ata do CISALP, por outro lado, apresenta aderência direta ao objeto pretendido, reunindo em uma mesma contratação a ferramenta tecnológica e os serviços especializados necessários à execução das atividades de adequação à LGPD.

A vantajosidade da solução decorre, portanto, da conjugação de fatores técnicos e operacionais, notadamente:

a) compatibilidade do objeto registrado com a necessidade administrativa identificada;
b) integração entre solução informatizada e serviços técnicos especializados;
c) atendimento conjunto das atividades de inventário, mapeamento, gestão de riscos e conformidade;
d) possibilidade de organização, registro, acompanhamento e monitoramento das ações por meio de ferramenta específica;
e) redução da fragmentação da contratação e da necessidade de coordenação entre fornecedores distintos;
f) aproveitamento de solução já estruturada e submetida ao procedimento de contratação que originou a Ata;

g) maior racionalidade e eficiência na implementação das medidas necessárias à adequação do Município à LGPD; e

h) possibilidade de continuidade e acompanhamento sistemático das ações de privacidade, proteção de dados e segurança da informação.

5.7 Ressalta-se que a análise da vantajosidade realizada neste momento possui natureza técnica e operacional, voltada à identificação da solução que melhor atende à necessidade administrativa. A comprovação da vantajosidade econômica da eventual adesão deverá ser realizada na instrução específica do processo, mediante a demonstração da compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado e o atendimento dos demais requisitos previstos na legislação aplicável.

5.8 Diante da análise comparativa das alternativas disponíveis, conclui-se que a adesão à Ata de Registro de Preços nº 016/2025 do CISALP constitui a solução mais vantajosa para o Município de Coromandel/MG, sob os aspectos técnico e operacional, por apresentar maior aderência à necessidade identificada, contemplar de forma integrada os serviços especializados e a solução tecnológica necessários e proporcionar condições mais eficientes para implementação, acompanhamento e gestão das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nos quantitativos necessários ao atendimento da demanda administrativa identificada pelo município de coromandel/mg, considerando as características e a abrangência dos serviços e da solução tecnológica necessários à implementação, organização, acompanhamento e gestão das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação, em conformidade com a lei federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

6.2 Para a solução informatizada de privacidade, gestão de riscos e segurança da informação, foi considerado o período estimado de 12 (doze) meses, tendo como

referência o valor mensal identificado na solução objeto da análise de mercado, de R$ 5.275,00, resultando no valor total estimado de R$ 63.300,00.

6.3 Para os serviços especializados de inventário e mapeamento de dados – ROTDP, gestão de riscos de segurança da informação, implantação de programa de conformidade à LGPD e elaboração e revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados, o dimensionamento da demanda foi estabelecido considerando a unidade de medida servidor, tendo em vista que a solução identificada no levantamento de mercado utiliza esse parâmetro para dimensionamento dos serviços.

6.4 Para fins de estimativa, foi considerado o quantitativo de 1.389 (mil trezentos e oitenta e nove) servidores, ao valor unitário de referência de R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) por servidor, resultando no valor estimado de R$ 777.840,00 (setecentos e setenta e sete mil reais).

6.5 A adoção do número de servidores como parâmetro de dimensionamento permite estabelecer correspondência objetiva entre a necessidade administrativa identificada pelo município e a solução técnica encontrada no levantamento de mercado, possibilitando verificar se a solução analisada é capaz de atender integralmente à demanda municipal.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Solução informatizada de Privacidade, Gestão de Riscos e Segurança da Informação	Serviço	12 meses	R$ 5.275,00	R$ 63.300,00
03	Inventário e Mapeamento de Dados – ROTDP, Gestão de Riscos de Segurança da Informação, Implantação de Programa de Conformidade à LGPD e elaboração/revisão de políticas, medidas e ferramentas de Privacidade e Proteção de Dados	Servidor	1.389	R$ 560,00	R$ 777.840,00

Valor total estimado	R$ 841.140,00

7. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1 A estimativa das quantidades foi definida com base na necessidade administrativa identificada pelo Município de Coromandel/MG para estruturação, implementação e acompanhamento das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD.

7.2 Para a solução informatizada de privacidade, gestão de riscos e segurança da informação, estimou-se a contratação pelo período de **12 meses**, considerando a necessidade de utilização contínua da ferramenta durante a vigência contratual, de modo a permitir o registro, acompanhamento, monitoramento e gestão das ações relacionadas à conformidade com a LGPD.

II.

7.3 Para os serviços especializados de inventário e mapeamento de dados, elaboração ou atualização do Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, gestão de riscos de segurança da informação, implantação do Programa de Conformidade à LGPD e elaboração/revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados, estimou-se o quantitativo de **1.389 unidades**, conforme levantamento da necessidade municipal e abrangência prevista para atendimento da Administração.

7.4 Planilha — Estimativa de Quantidades e Valores

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade
01	160797	Solução informatizada de Privacidade, Gestão de Riscos e Segurança da Informação.	SV	12
03	260798	Inventário e mapeamento de dados — ROTDP, gestão de riscos de segurança da informação, im-	UN	1.389

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade
		plantação de Programa de Conformidade à LGPD e elaboração/revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados.		

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

8.1 Conforme observado no levantamento de mercado, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa consiste na participação do Município de Coromandel/MG no processo conduzido pelo CISALP, visando à contratação de solução informatizada e de serviços técnicos especializados voltados à implementação, organização, acompanhamento e gestão das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação.

8.2 A solução deverá observar a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, especialmente quanto à necessidade de adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou tratamento inadequado ou ilícito. Também deverá observar os princípios aplicáveis às atividades de tratamento de dados pessoais, incluindo finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas.

8.3 A contratação deverá abranger, de forma integrada, a disponibilização de ferramenta informatizada de apoio à gestão de privacidade, riscos e segurança da informação, bem como a execução de serviços especializados para inventário e mapeamento dos tratamentos de dados pessoais, elaboração e atualização do Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, identificação e gestão de riscos de segurança da informação, implantação de Programa de Conformidade à LGPD e elaboração, revisão ou aperfeiçoamento de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados pessoais.

8.4 A solução será executada de forma integrada às ações de adequação à LGPD já desenvolvidas ou em desenvolvimento pelo Município, considerando a estrutura administrativa existente, os processos de trabalho, os sistemas utilizados e os tratamentos de dados pessoais realizados pelos diferentes órgãos e setores municipais. A execução deverá evitar duplicidade de levantamentos e aproveitar, sempre que tecnicamente possível, documentos, informações, registros, inventários, políticas, fluxos e demais instrumentos já produzidos pela Administração.

8.5 Implantação e disponibilização da solução

8.5.1 Após a formalização da contratação, a contratada deverá proceder à disponibilização e implantação da solução informatizada, observados os prazos, requisitos técnicos, condições de acesso e demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos que integrarem a contratação.

8.5.2 A etapa de implantação deverá compreender, conforme aplicável, a disponibilização dos acessos, configuração inicial da plataforma, parametrização do ambiente, cadastramento das informações necessárias, definição dos perfis de usuários e demais procedimentos indispensáveis ao início da utilização da solução pelo Município.

8.5.3 A implantação deverá considerar a realidade administrativa municipal e a necessidade de atuação coordenada entre os setores envolvidos, especialmente aqueles que realizam tratamento de dados pessoais em maior volume ou sensibilidade, como saúde, educação, assistência social, administração, recursos humanos, tributação, compras, contratos, controle interno e tecnologia da informação.

8.6 Inventário, mapeamento de dados e ROTDP

8.6.1 A execução dos serviços especializados deverá contemplar o levantamento, inventário e mapeamento das atividades de tratamento de dados pessoais realizadas pela Administração Municipal, com identificação, conforme

aplicável, das finalidades do tratamento, categorias de dados pessoais, bases legais, unidades responsáveis, sistemas utilizados, fluxos de compartilhamento, prazos de retenção, medidas de segurança existentes e riscos associados

8.6.2 Deverá ser elaborado, atualizado ou estruturado o Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, de forma compatível com a realidade administrativa do Município e com as exigências da LGPD, especialmente quanto à necessidade de organização, rastreabilidade e documentação das operações de tratamento realizadas pelo controlador.

8.6.3 O ROTDP deverá servir como instrumento de governança e acompanhamento das atividades de tratamento de dados pessoais, auxiliando a Administração na identificação dos tratamentos existentes, na avaliação de riscos, na adoção de medidas corretivas e na comprovação das ações de conformidade.

8.7 Gestão de riscos e segurança da informação

8.7.1 A solução deverá contemplar a identificação, análise, classificação, tratamento e acompanhamento dos riscos relacionados à privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação, considerando a natureza dos dados tratados, os sistemas utilizados, os fluxos internos e externos de informações, as vulnerabilidades identificadas e o impacto potencial aos titulares de dados e à Administração Municipal.

8.7.2 A contratada deverá apoiar a Administração na definição de medidas de mitigação de riscos, controles internos, procedimentos de segurança, orientações operacionais e instrumentos de acompanhamento, de modo a reduzir a probabilidade de acessos indevidos, perda de informações, alterações não autorizadas, uso inadequado de dados pessoais, incidentes de segurança e demais situações incompatíveis com a LGPD.

8.7.3 As medidas de segurança deverão abranger todo o ciclo de execução contratual, desde a concepção e implantação da solução até sua utilização, manutenção e encerramento, em consonância com o art. 46, § 2°, da LGPD,

segundo o qual as medidas de segurança devem ser observadas desde a fase de concepção do produto ou serviço até sua execução.

8.8 Programa de Conformidade à LGPD e políticas internas

8.8.1 A contratação deverá contemplar apoio técnico especializado à implantação, estruturação, acompanhamento ou aperfeiçoamento do Programa de Conformidade à LGPD no âmbito municipal, observando os princípios da boa-fé, finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas.

8.8.2 Os serviços deverão incluir a elaboração, revisão ou aperfeiçoamento de políticas, procedimentos, orientações, fluxos, modelos e demais instrumentos relacionados à privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação, de acordo com a necessidade administrativa e com os documentos já existentes no Município.

8.8.3 A solução também deverá apoiar as atividades da Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais e dos demais agentes públicos envolvidos na governança da LGPD, permitindo melhor organização das demandas, registro das medidas adotadas, acompanhamento dos riscos e manutenção das evidências de conformidade.

8.9 Utilização da solução durante a vigência contratual

8.9.1 Durante a vigência da contratação, a solução informatizada deverá ser utilizada como ferramenta de apoio à organização, registro, acompanhamento, gestão e monitoramento das ações relacionadas à privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação.

8.9.2 Os serviços técnicos especializados deverão ser executados de forma integrada à utilização da plataforma, de modo que levantamentos, análises, riscos, planos de ação, documentos, evidências e demais informações produzidas durante a execução contratual possam ser adequadamente registrados, acompanhados e gerenciados no ambiente disponibilizado, quando a funcionalidade estiver prevista na solução contratada.

8.9.3 A contratada deverá prestar suporte técnico, manutenção, atualização e assistência técnica da solução informatizada durante o período de vigência contratual, observados os níveis de serviço, prazos de atendimento, condições de execução e demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência e nos instrumentos contratuais.

8.10 Segurança, confidencialidade e proteção das informações

8.10.1 Durante todo o ciclo de execução contratual, deverão ser preservadas a confidencialidade, integridade, disponibilidade e segurança das informações inseridas, processadas, armazenadas ou produzidas no âmbito da solução, especialmente aquelas que contenham dados pessoais ou dados pessoais sensíveis.

8.10.2 A contratada deverá observar a LGPD e as demais normas aplicáveis à segurança da informação, privacidade e proteção de dados pessoais, respeitando as condições de acesso e utilização definidas pelo Município. Nos termos da LGPD, os agentes de tratamento e qualquer pessoa que intervenha em uma das fases do tratamento devem garantir a segurança da informação em relação aos dados pessoais, inclusive após o término do tratamento.

8.10.3 O acesso à solução deverá observar perfis e níveis de autorização definidos pela Administração, de modo que cada usuário tenha acesso apenas às informações e funcionalidades necessárias ao desempenho de suas atribuições, em observância aos princípios da necessidade, segurança e prevenção.

8.10.4 A contratada deverá manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso em razão da execução contratual, vedada sua utilização para finalidade diversa daquela prevista na contratação, salvo autorização expressa do Município ou hipótese legal aplicável.

8.11 Encerramento da contratação e disponibilização dos dados

8.11.1 Ao término da vigência contratual, por qualquer motivo, deverá ser assegurada ao Município a disponibilização dos dados, informações,

documentos, registros, evidências, relatórios e demais conteúdos produzidos, inseridos ou armazenados no âmbito da solução, observadas as condições técnicas, prazos e formatos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual.

8.11.2 A disponibilização deverá ocorrer em formato que permita ao Município o acesso, consulta, utilização e continuidade administrativa das informações, evitando perda de histórico, descontinuidade das ações de conformidade ou prejuízo às atividades de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação.

8.11.3 A contratada deverá fornecer as informações e os elementos necessários à adequada transição da solução, quando aplicável, observando os prazos, procedimentos e responsabilidades definidos na contratação.

8.12 Transição e encerramento operacional

8.12.1 Quando houver encerramento da contratação com substituição da solução por outra ferramenta ou por outro procedimento administrativo, deverá ser assegurado período ou procedimento de transição suficiente para permitir a continuidade das atividades desenvolvidas pelo Município, especialmente quanto aos registros de inventário e mapeamento de dados, ROTDP, gestão de riscos, planos de ação, documentos de conformidade e demais informações produzidas durante a execução contratual.

8.12.2 A transição deverá ocorrer de forma planejada e organizada, sem interrupção indevida das atividades essenciais de proteção de dados pessoais e segurança da informação, devendo a disponibilização, exportação, migração ou transferência das informações observar os formatos, prazos e procedimentos previstos no Termo de Referência e nos demais instrumentos que integrarem a contratação.

8.12.3 Após a conclusão da transição e observadas as obrigações legais e contratuais aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à proteção de dados pessoais, a contratada deverá proceder ao tratamento das informações remanescentes conforme as determinações do Município e as condições estabelecidas na contratação.

8.13 Conclusão da solução

8.13.1 Dessa forma, a solução contempla o ciclo de vida do objeto, desde a formalização da contratação, disponibilização e implantação da plataforma, inventário e mapeamento dos tratamentos de dados, elaboração ou atualização do ROTDP, gestão de riscos, implantação do Programa de Conformidade à LGPD, elaboração e revisão de políticas, utilização contínua da ferramenta, suporte, manutenção e atualização durante a vigência contratual, até o encerramento, disponibilização dos dados e eventual transição ou migração.

8.13.2 A solução mostra-se compatível com a necessidade administrativa identificada, pois permite ao Município estruturar, organizar, acompanhar e monitorar as atividades relacionadas à privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação, fortalecendo a governança pública, reduzindo riscos de tratamento inadequado de dados pessoais e contribuindo para a conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRAÇÃO

9.1 Considerando os aspectos técnicos, operacionais, administrativos e econômicos envolvidos, bem como a natureza integrada da solução pretendida, justifica-se o **não parcelamento da contratação**, com a contratação conjunta dos componentes necessários à implementação, organização, acompanhamento e gestão das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação no âmbito do Município de Coromandel/MG.

9.2 A solução pretendida compreende dois componentes diretamente relacionados e complementares: a disponibilização de solução informatizada de Privacidade, Gestão de Riscos e Segurança da Informação e a execução de serviços técnicos especializados de inventário e mapeamento de dados, Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, gestão de riscos de segurança da informação, implantação de Programa de Conformidade à Lei Geral de Proteção de

Dados Pessoais — LGPD, bem como elaboração e revisão de políticas, medidas e ferramentas de privacidade e proteção de dados.

III.

9.3 Embora os componentes possam ser identificados de forma individualizada, sua execução possui relação de interdependência técnica e funcional, pois a ferramenta informatizada deve servir de suporte ao registro, organização, acompanhamento e monitoramento das atividades desenvolvidas no âmbito dos serviços especializados. Da mesma forma, os serviços técnicos especializados são necessários para que a solução tecnológica seja efetivamente implantada, parametrizada e utilizada de modo compatível com a realidade administrativa do Município.

9.4 A legislação e a jurisprudência dos Tribunais de Contas orientam que o parcelamento deve ser adotado quando o objeto for divisível e a medida se mostrar tecnicamente viável e economicamente vantajosa, sem prejuízo ao conjunto da solução ou à economia de escala. Nesse sentido, observa-se a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo a qual é obrigatória a adjudicação por item quando o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala. No mesmo sentido, a Súmula nº 114 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais orienta a realização de licitação por itens ou lotes quando o objeto for divisível e a medida propiciar melhor aproveitamento do mercado e ampla participação, sem perda da economia de escala.

IV.

9.5 No caso concreto, o parcelamento da solução não se mostra recomendável, pois poderia comprometer a integração entre a ferramenta informatizada e os serviços especializados necessários à estruturação do Programa de Conformidade à LGPD. A contratação isolada da plataforma não atenderia integralmente à necessidade administrativa, uma vez que a ferramenta, por si só, não substitui as atividades técnicas de levantamento, inventário e mapeamento dos tratamentos de dados pessoais, identificação de riscos, elaboração de políticas, definição de medidas de mitigação e acompanhamento das ações de conformidade.

9.6 Da mesma forma, a contratação exclusiva dos serviços especializados, sem a disponibilização de solução informatizada adequada, reduziria a capacidade de organização, registro, rastreabilidade, monitoramento e manutenção das evidências relacionadas às ações de conformidade. Tal situação poderia levar à utilização de controles manuais ou descentralizados, dificultando a gestão das informações e aumentando o risco de perda de histórico, duplicidade de registros, inconsistências documentais e fragilidade na comprovação das medidas adotadas pela Administração.

V.

9.7 A contratação conjunta permite que os levantamentos, diagnósticos, inventários, riscos, planos de ação, políticas, documentos e demais evidências produzidas durante a execução dos serviços sejam organizados e acompanhados no mesmo ambiente tecnológico, quando previsto na solução contratada. Com isso, reduz-se o risco de incompatibilidade entre diferentes metodologias, sistemas ou fornecedores, além de facilitar a fiscalização contratual, a medição dos resultados e a responsabilização pela adequada execução do objeto.

9.8 Sob o aspecto técnico, o não parcelamento favorece a padronização metodológica e operacional da solução, assegurando que a implantação da plataforma, o inventário e mapeamento de dados, a estruturação do ROTDP, a gestão de riscos e a elaboração ou revisão de políticas de privacidade e proteção de dados sejam executados de forma coordenada e compatível com a Lei Federal nº 13.709/2018 — LGPD. Essa integração contribui para a observância dos princípios da segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas, especialmente porque permite maior controle sobre as medidas adotadas e sobre as evidências produzidas.

VI.

9.9 Sob o aspecto administrativo, a contratação conjunta evita a necessidade de condução de processos distintos para objetos que possuem finalidade comum e relação de complementaridade. A separação dos componentes poderia exigir diferentes procedimentos, instrumentos contratuais, rotinas de fiscalização,

critérios de medição, cronogramas de execução e fluxos de comunicação, aumentando os custos indiretos e a complexidade da gestão contratual.

9.10 Além disso, a contratação conjunta reduz riscos de conflito de responsabilidade entre fornecedores distintos. Caso a solução fosse parcelada, eventuais falhas na utilização da ferramenta, inconsistências no registro dos dados, dificuldades de parametrização, incompatibilidade de metodologia ou ausência de integração entre documentos e plataforma poderiam gerar controvérsias quanto à responsabilidade de cada contratado, prejudicando a continuidade e a efetividade das ações de conformidade.

VII.

9.11 Sob o aspecto econômico, a solução integrada tende a ser mais vantajosa, pois evita a duplicidade de custos com implantação, parametrização, suporte técnico, gestão de fornecedores, integração de sistemas e adaptação de metodologias. A contratação conjunta também possibilita melhor aproveitamento dos recursos públicos, na medida em que concentra, em uma única solução, os instrumentos tecnológicos e os serviços técnicos necessários ao atendimento da necessidade administrativa identificada.

9.12 No caso da participação do Município no processo conduzido pelo CISALP, a contratação conjunta também se mostra coerente com a lógica de planejamento centralizado e de demanda compartilhada, permitindo o aproveitamento de procedimento estruturado para atendimento de necessidades semelhantes de municípios consorciados. Essa circunstância pode favorecer ganho de escala, maior racionalidade administrativa e redução de custos indiretos, sem prejuízo da necessidade de demonstração formal da vantajosidade econômica nos autos do processo municipal.

VIII.

9.13 A opção pelo não parcelamento não representa restrição indevida à competitividade, mas medida técnica necessária para preservar a funcionalidade, a integração e a efetividade da solução pretendida. A divisão artificial dos

componentes poderia comprometer o resultado esperado, transferindo ao Município o ônus de compatibilizar ferramenta, metodologia, suporte, registros, fluxos e documentos produzidos por fornecedores distintos.

9.14 Dessa forma, a contratação conjunta dos componentes da solução apresenta-se como a alternativa mais adequada ao interesse público, por assegurar maior integração técnica, padronização metodológica, eficiência administrativa, redução de riscos operacionais, melhor rastreabilidade das informações, economia de escala e maior capacidade de acompanhamento das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação.

IX.

9.15 Diante do exposto, justifica-se o não parcelamento da solução, considerando que a contratação conjunta da solução informatizada e dos serviços técnicos especializados é a medida que melhor atende à necessidade do Município de Coromandel/MG, preservando a integração do objeto, a eficiência da execução, a segurança das informações, a economicidade e a adequada implementação das medidas de conformidade com a LGPD.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Com a contratação de solução informatizada e de serviços técnicos especializados voltados à privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação, o Município de Coromandel/MG busca estruturar, implementar, acompanhar e aprimorar suas ações de conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD.

10.2 A contratação tem como finalidade principal proporcionar à Administração Municipal instrumentos técnicos, tecnológicos e administrativos capazes de organizar os tratamentos de dados pessoais realizados pelos órgãos e setores municipais, identificar riscos, acompanhar medidas de conformidade, preservar evidências e fortalecer a governança pública em privacidade e proteção de dados pessoais.

10.3 Nesse contexto, os principais resultados pretendidos são os seguintes:

10.4 Estruturação e aprimoramento do Programa de Conformidade à LGPD

10.4.1 Pretende-se implementar, organizar ou aprimorar o Programa de Conformidade à LGPD no âmbito municipal, de forma estruturada, documentada e compatível com a realidade administrativa do Município, permitindo que as ações de privacidade e proteção de dados pessoais sejam conduzidas com maior planejamento, controle e continuidade.

10.4.2 Espera-se que a contratação contribua para a definição de fluxos, responsabilidades, procedimentos internos, instrumentos de controle e mecanismos de acompanhamento das ações de conformidade, evitando atuações isoladas, informais ou sem adequada documentação.

10.4.3 O resultado esperado é a consolidação de uma estrutura mínima de governança em privacidade e proteção de dados pessoais, capaz de orientar os setores municipais quanto ao tratamento adequado de dados pessoais, à gestão de riscos e à adoção de medidas técnicas e administrativas compatíveis com a LGPD.

10.5 Inventário, mapeamento e registro das operações de tratamento de dados pessoais

10.5.1 A contratação deverá possibilitar a realização, organização ou atualização do inventário e mapeamento dos tratamentos de dados pessoais realizados pela Administração Municipal, permitindo identificar quais dados são tratados, por quais setores, para quais finalidades, com quais bases legais, mediante quais operações, por quanto tempo e com quais medidas de segurança.

10.5.2 Pretende-se, ainda, estruturar ou atualizar o Registro das Operações de Tratamento de Dados Pessoais — ROTDP, de modo a permitir maior rastreabilidade, organização e controle sobre os tratamentos realizados pelo Município na condição de controlador.

10.5.3 Como resultado, a Administração deverá dispor de informações mais claras e organizadas sobre seus fluxos de tratamento de dados pessoais, facilitando a adoção de providências corretivas, o atendimento às demandas dos titulares, a gestão de riscos e a comprovação das medidas de conformidade adotadas.

10.6 Gestão de riscos e segurança da informação

10.6.1 Espera-se que a solução contratada permita identificar, avaliar, classificar, tratar e acompanhar riscos relacionados à privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação, considerando a natureza dos dados tratados, os sistemas utilizados, os fluxos de compartilhamento e as vulnerabilidades eventualmente identificadas.

10.6.2 A contratação deverá auxiliar a Administração na definição e acompanhamento de medidas de prevenção, mitigação e correção de riscos, contribuindo para reduzir a possibilidade de acessos indevidos, perda de informações, exposição não autorizada, uso inadequado de dados pessoais e outros incidentes de segurança.

10.6.3 O resultado pretendido é o fortalecimento das medidas técnicas e administrativas de segurança, em conformidade com a LGPD, especialmente quanto à proteção dos dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou tratamento inadequado.

10.7 Organização, centralização e monitoramento das ações de conformidade

10.7.1 A solução informatizada deverá servir como ferramenta de apoio à organização, registro, acompanhamento e monitoramento das ações relacionadas à privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação.

10.7.2 Pretende-se reduzir a utilização de controles dispersos, planilhas isoladas ou registros descentralizados, promovendo maior padronização, rastreabilidade e integridade das informações produzidas durante a execução das ações de conformidade.

10.7.3 Como resultado, o Município deverá dispor de mecanismos para acompanhar a evolução das medidas adotadas, identificar pendências, registrar evidências, monitorar riscos e subsidiar a tomada de decisão pelos agentes públicos responsáveis.

10.8 Elaboração e revisão de políticas, procedimentos e instrumentos de governança

10.8.1 A contratação deverá proporcionar a elaboração, revisão ou aperfeiçoamento de políticas, procedimentos, orientações, fluxos, modelos e demais instrumentos relacionados à privacidade, proteção de dados pessoais e segurança da informação.

10.8.2 Esses instrumentos deverão contribuir para a padronização das condutas administrativas, a orientação dos servidores e a definição de medidas compatíveis com os princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança, prevenção, responsabilização e prestação de contas.

10.8.3 O resultado esperado é a existência de documentos institucionais mais claros, atualizados e compatíveis com a realidade municipal, aptos a orientar os setores quanto ao tratamento adequado de dados pessoais e à adoção de boas práticas de governança.

10.9 Fortalecimento da atuação da Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais

10.9.1 A contratação deverá apoiar a atuação da Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais, mediante disponibilização de ferramenta e suporte técnico especializado que possibilitem maior organização, controle e acompanhamento das atividades relacionadas à LGPD.

10.9.2 Pretende-se facilitar o registro das demandas, o acompanhamento de medidas internas, a gestão de riscos, a preservação de evidências e a articulação com os setores municipais responsáveis pelo tratamento de dados pessoais.

10.9.3 Como resultado, espera-se maior efetividade na coordenação das ações de conformidade, sem prejuízo das competências legais e administrativas atribuídas à Encarregada e aos demais agentes públicos envolvidos.

10.10 Eficiência administrativa e continuidade das ações de conformidade

10.10.1A contratação integrada da solução informatizada e dos serviços técnicos especializados deverá gerar maior eficiência administrativa, uma vez que permite a execução coordenada das atividades de levantamento, diagnóstico, gestão de riscos, elaboração de documentos, acompanhamento de ações e manutenção de evidências.

10.10.2Pretende-se evitar retrabalho, duplicidade de registros, incompatibilidade metodológica e dispersão de informações, promovendo maior racionalidade na gestão das ações de privacidade e proteção de dados pessoais.

10.10.3Como resultado, espera-se que o Município desenvolva estrutura de governança capaz de sustentar a continuidade das ações de privacidade e proteção de dados mesmo após o encerramento da contratação, mediante preservação das informações, registros, documentos e conhecimentos produzidos durante sua execução.

10.11 Redução de riscos jurídicos, administrativos, operacionais e de segurança

10.11.1 A contratação deverá contribuir para reduzir a exposição do Município a riscos jurídicos, administrativos, operacionais e de segurança da informação relacionados ao tratamento de dados pessoais.

10.11.2 A adoção de medidas de governança, gestão de riscos, registro das operações de tratamento, elaboração de políticas e acompanhamento das ações de conformidade tende a diminuir a ocorrência de práticas inadequadas, falhas de controle, ausência de documentação, incidentes de segurança e dificuldades na comprovação das providências adotadas.

10.11.3 O resultado pretendido é conferir maior segurança técnica e administrativa às atividades municipais que envolvem dados pessoais, fortalecendo a prevenção, a responsabilização e a prestação de contas no âmbito da Administração Pública.

10.12 Considerações finais sobre os resultados pretendidos

10.12.1 Espera-se que a contratação não se limite à disponibilização de ferramenta tecnológica ou à realização pontual de serviços técnicos especializados, mas resulte na estruturação de um modelo contínuo de governança, gestão de riscos, privacidade e proteção de dados pessoais, capaz de apoiar o Município no cumprimento de suas obrigações legais e na proteção dos direitos dos titulares de dados.

10.12.2 Como resultado final, pretende-se que o Município de Coromandel/MG disponha de maior maturidade institucional em privacidade e proteção de dados, com processos mapeados, riscos identificados e gerenciados, instrumentos de conformidade estruturados, informações organizadas, evidências preservadas e mecanismos permanentes de acompanhamento e melhoria das ações relacionadas à LGPD.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1.1 Não existem providências a serem tomadas para viabilizar a pretendida contratação

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 Não se verifica contratações correlatas nem interdependes para a viabilidade desta contratação.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 A contratação de solução informatizada e de serviços técnicos especializados para implementação e gestão de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação apresenta **impacto ambiental reduzido**, por se tratar de objeto predominantemente intelectual, técnico e digital, sem fornecimento relevante de bens físicos, obras, instalações ou atividades com potencial significativo de degradação ambiental.

13.2 A execução contratual ocorrerá, em grande parte, por meio de utilização de plataforma informatizada, reuniões técnicas, levantamentos de informações, elaboração de documentos, registros eletrônicos, suporte técnico e

acompanhamento das ações de conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 — Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD, o que reduz a necessidade de deslocamentos, impressões, armazenamento físico de documentos e consumo de materiais.

13.3 Embora não se identifiquem impactos ambientais relevantes, poderão ocorrer impactos indiretos e de baixa intensidade, relacionados principalmente ao consumo de energia elétrica para utilização da solução informatizada, uso de equipamentos de informática já disponíveis pela Administração e eventual geração de documentos impressos durante a execução dos serviços.

13.4 Como medidas de sustentabilidade e mitigação, recomenda-se que a execução contratual priorize, sempre que possível, a utilização de documentos, relatórios, registros e comunicações em formato digital, reduzindo a necessidade de impressões e de arquivamento físico. Também se recomenda a realização de reuniões remotas ou híbridas quando compatíveis com a execução dos serviços, a fim de evitar deslocamentos desnecessários, bem como o uso racional da infraestrutura tecnológica já existente no Município. Além disso, deverão ser observadas boas práticas de segurança da informação e armazenamento digital, evitando duplicidade desnecessária de arquivos e documentos. Caso, excepcionalmente, haja substituição ou descarte de equipamentos de informática relacionados à execução contratual, deverá ser assegurada a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

13.5 Diante da natureza do objeto, conclui-se que a contratação não apresenta impactos ambientais significativos, sendo suficiente a adoção de medidas simples de sustentabilidade administrativa, especialmente relacionadas à digitalização de documentos, redução de impressões, racionalização de deslocamentos e uso eficiente dos recursos tecnológicos disponíveis.

14. ANÁLISE DE **RISCOS**

14.1 A presente matriz identifica os principais riscos mitigáveis relacionados à contratação de solução informatizada e serviços técnicos especializados para implementação e gestão das ações de privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação no âmbito do Município de Coromandel/MG.

MATRIZ SINTÉTICA DE RISCOS — CONTRATAÇÃO LGPD							
Objeto: solução informatizada e serviços técnicos especializados para privacidade, proteção de dados pessoais, gestão de riscos e segurança da informação — Município de Coromandel/MG							
Fase	**Risco**	**Consequência**	**Probabilidade**	**Impacto**	**Nível**	**Medida mitigadora**	**Responsável**
Planejamento	Divergência entre DFD, ETP, manifestação de interesse, Termo de Referência, quantitativos e valores.	Insegurança na instrução processual, necessidade de retificação e possível questionamento pelo controle interno ou externo.	Média	Alto	Alto	Realizar conferência final dos documentos antes da formalização dos atos subsequentes, validando objeto, códigos, descrições, unidades, quantitativos, valores, datas e justificativas.	Equipe de planejamento / Setor de Compras

Planejamento	Ausência ou insuficiência de comprovação da vantajosidade da participação no processo conduzido pelo CI-SALP.	Questionamento quanto à economicidade e regularidade da contratação.	Média	Alto	Alto	Juntar aos autos pesquisa ou análise comparativa de preços, documentos do processo conduzido pelo CI-SALP, justificativa técnica e econômica, além da demonstração de compatibilidade do objeto com a necessidade municipal.	Equipe de planejamento / Setor de Compras
Execução	Implantação inadequada da solução ou execução incompleta dos serviços especializados.	Prejuízo ao inventário de dados, ROTDP, gestão de riscos, políticas de privacidade e acompanhamento das ações de	Média	Alto	Alto	Exigir cronograma de implantação, relatórios de execução, validação dos produtos entregues e acompanhamento pela Encar-	Contratada / Gestor / Fiscal / Encarregada de Dados

		conformidade com a LGPD.				regada de Dados, gestor e fiscal do contrato.	
Gestão contratual	Fiscalização insuficiente ou pagamento sem comprovação das entregas.	Pagamento por serviço não executado ou executado de forma incompleta, com risco de dano ao erário.	Média	Alto	Alto	Condicionar o pagamento ao aceite formal das entregas, relatórios, registros, evidências, disponibilização da solução, suporte e demais obrigações previstas na contratação.	Gestor e fiscal do contrato / Setor Financeiro

Conclusão

Os riscos identificados na presente matriz são considerados mitigáveis, desde que observadas as medidas preventivas indicadas, especialmente quanto à adequada instrução processual, demonstração da vantajosidade, conferência da compatibilidade entre DFD, ETP, manifestação de interesse, Termo de Referência, quantitativos e valores, definição clara das obrigações da contratada e fiscalização efetiva da execução. Assim, conclui-se que a contratação é **viável sob o aspecto de gestão de riscos**, não havendo impedimento ao prosseguimento da instrução processual, desde que mantida a regularidade dos documentos e o acompanhamento das medidas de mitigação durante a execução contratual.

16. DATA E ASSINATURAS

16.1 Coromandel, 09 de outubrode 2025.

Cássio Heberth Caixeta

Servidor Público Municipal – Mat. 71.161

Luana Rodrigues Dornelas

Subsecretária de Governo